



Na Mídia

19/01/2022 | [Valor Econômico](#)

Revisão do edital de Santos Dumont pode gerar disputa em SP

Possível proteção ao Galeão preocupa concessionária de Guarulhos, concorrente direta nos voos internacionais

Taís Hirata

A possível revisão do leilão do aeroporto de Santos Dumont, no Rio de Janeiro, por pressão do governo fluminense, tem gerado questionamentos no setor e no Estado de São Paulo. A crítica é que eventuais alterações poderão beneficiar o Rio, mas impactar o aeroporto de Guarulhos (SP), além de criar um precedente no mercado - o que poderá desencadear novas disputas.

O Estado e a prefeitura do Rio vêm pressionando o governo federal desde o ano passado para alterar o leilão de Santos Dumont. As autoridades fluminenses dizem que os novos investimentos e a expansão do ativo prejudicariam a operação do outro aeroporto do Estado, o Galeão, controlado pela Changi, de Cingapura. Por isso, pedem que sejam incluídas restrições ao Santos Dumont, para evitar que a demanda do Galeão seja afetada.

Risco de disputas não afasta o interesse de investidores no contrato, mas é ponto de atenção, afirmam especialistas

Diante de ameaças de judicialização e de cassação das licenças ambientais do projeto, o governo federal aceitou negociar ajustes no edital. Isso se dará por meio de um grupo de trabalho, cujos trabalhos se iniciam hoje.

O movimento, porém, já vem gerando preocupação. A concessionária de Guarulhos, controlada pela Invepar, já pediu para participar do grupo de trabalho. Procurada, a empresa diz que seu intuito, é “contribuir para uma eventual solução técnica que não gere assimetria concorrencial entre os aeroportos envolvidos”.

A avaliação é que a criação de mecanismos para proteger a demanda do Galeão elevariam artificialmente não apenas seu poder de concorrer com o Santos Dumont, mas principalmente com Guarulhos. Este, por sua vez, também terá um aumento da competição local, já que o governo federal planeja licitar o aeroporto de Congonhas, na capital paulista.

Uma fonte afirma que, caso o Galeão seja beneficiado, a concessionária de Guarulhos deverá pleitear um reequilíbrio econômico-financeiro de seu contrato, ou pedir vantagens semelhantes - por exemplo, a criação de restrições também em Congonhas.

Uma pessoa que acompanhou de perto a formulação do projeto avalia que a reclamação de Guarulhos tem base, já que o aeroporto paulista é o principal concorrente do Galeão nos voos internacionais, e não Santos Dumont.

Para Fábio Falkenburger, sócio do Machado Meyer, a criação de restrições poderá ser uma saída para evitar a briga com o Rio. Porém, representaria uma mudança de postura por parte do governo federal em relação aos leilões aeroportuários. Por isso, criaria um precedente para questionamentos de outras concessões.

“O posicionamento até agora sempre foi: o risco de demanda de passageiros é um problema das concessionárias. Foi essa a postura no embate entre Confins e Pampulha [em MG], nos questionamentos das concessões paulistas em relação à possibilidade de um quarto aeroporto no Estado. Então, se for criada uma proteção neste caso, abre-se margem para pleitos de outros grupos.”

Uma alternativa já aventada seria, em vez de impor restrições a Santos Dumont, usar a outorga do leilão para gerar investimentos no acesso ao Galeão. Esta seria a solução ideal, avalia Renato Sucupira, sócio da BF Capital. “Impor uma limitação seria um tiro no pé do Rio de Janeiro. É muito melhor criar melhorias ao Galeão do que destruir investimentos em Santos Dumont”, afirma.

Questionado sobre a questão, o Ministério de Infraestrutura afirmou que “as concessões seguem critérios estritamente técnicos e o interesse público”, assim como os princípios regulatórios da liberdade de oferta e liberdade tarifária. A pasta também diz que os estudos do leilão levaram em conta os impactos sobre a economia local onde se localizam os aeroportos, e que a criação do grupo de trabalho sinaliza que o governo “mantém aberto o canal de diálogo com os interessados para aprimorar a proposta”.

A Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) diz que “qualquer mudança que venha a ser feita na modelagem será amplamente discutida pelo corpo técnico”.

Neste momento, o risco de disputas não afastará investidores, avalia Caio Loureiro, do Cascione Pulino Boulos Advogados. “Essa discussão não é boa, suscita um risco para o mercado. Hoje, não é algo suficiente para afastar o interesse, mas é um ponto de atenção. O grupo de trabalho pode não chegar a nenhuma conclusão, e o aeroporto ir a leilão com essa resistência”, afirma ele. A concessão de Santos Dumont tem sido aguardada com muita expectativa e é vista como uma das mais atraentes do setor no país.

Em relação a eventuais restrições na operação de Santos Dumont - que será licitado em bloco com os aeroportos de Jacarepaguá (RJ), Montes Claros (MG), Uberlândia (MG) e Uberaba (MG) -, analistas afirmam que o projeto seguiria atrativo. Porém, as limitações reduziriam o valor das ofertas, destaca Bruno Aurélio, sócio do Demarest.

Outro possível impacto, diz ele, é o atraso do leilão, previsto para o primeiro semestre deste ano. O edital - e suas possíveis mudanças - ainda precisa do aval do Tribunal de Contas da União.

O leilão da sétima rodada também prevê outros dois lotes: o São Paulo-Pará (que inclui Congonhas) e o Norte II (com Belém e Macapá). Ao todo, estão previstos investimentos de R\$ 8,6 bilhões nos três blocos, ao longo dos 30 anos de concessão. Só no Rio de Janeiro (em Santos Dumont e Jacarepaguá), deverá ser investido R\$ 1,5 bilhão.



